

A ABAIf NA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: UM DESAFIO PARA O SÉCULO XXI

THE ABAIf IN THE HISTORY OF LITERACY IN BRAZIL: A CHALLENGE FOR THE 21st CENTURY

Maria do Rosário Longo Mortatti

Universidade Estadual Paulista (UNESP – Marília)
mrosario@marilia.unesp.br, maria.longo@pq.cnpq.br

Resumo

Com o objetivo de contribuir para o registro da memória da ABAIf – Associação Brasileira de Alfabetização e para a escrita de sua história, apresentam-se informações e reflexões sobre a associação, relacionando-as com o contexto em que se tornou possível e necessária sua criação e consolidação, como processos que se cruzam com a história de formação acadêmica e atuação profissional dos professores/pesquisadores que assumiram esse desafio do século XXI e com um importante momento da história da alfabetização no Brasil. Para isso, retomaram-se a memória dos acontecimentos e documentos (impressos e em mídias eletrônicas), produzidos desde o início da história da ABAIf, em 2009, até julho de 2014, quando se encerrou o mandato da primeira diretoria dessa Associação.

Palavras-chave: Associação Brasileira de Alfabetização. Memória e história. História da alfabetização. História da educação. Brasil.

Abstract

In order to contribute to the record of the memory of ABAIf - Associação Brasileira de Alfabetização (Brazilian Association of Literacy) and for writing its history, information and reflections on the Association are presented, relating them to the context in which became possible and necessary its creation and consolidation, as processes that intersect with the history of academic education and professional activities of the teachers/researchers who have assumed this challenge of the 21st century as well as with an important moment of the history of literacy in Brazil. For this, memories of events and many documents were recovered, especially those elaborated since the early history of the Association, in 2009, until July 2014, when the mandate of its first administrative team has ended.

Keywords: Brazilian Association of Literacy. Memory and history. History of literacy. History of education. Brazil.

Por que este texto?

A motivação inicial deste texto é responder ao honroso convite para participar do número especial, que marca o início do ciclo de vida da *Revista Brasileira de Alfabetização*, editada pela ABAlf – Associação Brasileira de Alfabetização.

Avaliando as contribuições possíveis, estabeleci como objetivo apresentar, do ponto de vista de proponente e primeira presidente da ABAlf, informações e reflexões sobre a associação, relacionando-as com o contexto em que se tornou possível e necessária sua criação e consolidação, como processos que se cruzam com a história de formação acadêmica e atuação profissional dos professores/pesquisadores que assumiram esse desafio do século XXI e com um importante momento da história da alfabetização no Brasil. Para isso, além da memória dos acontecimentos, retomei dezenas de documentos (impressos e em mídias eletrônicas) publicizados ou de circulação interna à administração da ABAlf, produzidos e/ou divulgados desde o início da história dessa associação, em 2009, até julho de 2014, quando se encerrou o mandato da primeira Diretoria¹.

À medida que produzia o texto, porém, foi-se impondo uma dificuldade: como não repetir informações e reflexões contidas em textos que elaborei ou cuja elaboração coordenei, durante o período em que exerci a presidência da entidade? O que do já dito é desejável retomar, sintetizar e enfatizar? E o que do ainda não-dito é necessário dizer?

Durante conversa ao final de uma atividade acadêmica, tive a oportunidade de comentar o assunto com uma colega², a quem expus a questão e que me sugeriu: “Por que não uma entrevista com a primeira presidente da ABAlf?” Instigada por essa possibilidade, propus que ela formulasse as perguntas e conduzisse a entrevista. A exiguidade do prazo não lhe permitiu aceitar. Uma vez feita, porém, sua tão provocativa quanto pertinente sugestão passou a demandar respostas. Na impossibilidade de tê-la como interlocutora direta, tentei imaginar quais as perguntas que ela poderia ter feito, com seu olhar ao mesmo tempo distanciado da gestão direta da associação e tão próximo quanto experiente: além de Associada-Fundadora da ABAlf, integrou várias diretorias da ALB – Associação de Leitura do Brasil e atualmente se dedica a pesquisar a história dessa associação, de cuja história participei mais diretamente em tempos idos como membro da diretoria e participo até hoje, como membro do conselho editorial da revista *Leitura: teoria & prática*.

¹ Dentre esses, estão documentos oficiais relativos à formalização jurídica da entidade; documentos informativos produzidos pela presidência da ABAlf; notícias sobre a Associação; atas de assembleias e de reuniões; relatórios de gestão. Todos estão disponíveis no *site*: www.abalf.org.br

² Trata-se de Lilian L. M. da Silva, atualmente professora aposentada da Faculdade de Educação (FE) da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas e coordenadora do Grupo de Pesquisa ALLE – Alfabetização, leitura e escrita.

Como nova motivação, essa sugestão se acrescentou àquela inicial e demandou reorganização da estrutura deste texto. Se uma entrevista imaginária estaria fadada à imperfeição, a ideia mesma dessa possibilidade estimulou a evocação de outras lembranças da história de que sou coprotagonista e coautora. E, na impossibilidade de contar com a presença de uma interlocutora direta ou de assumir funções simultâneas de entrevistadora e entrevistada, o texto foi ganhando traços de ensaio memorialístico, sem, no entanto, que me fosse possível evitar a interposição do impertinente hábito de produção de artigos acadêmicos.

Como resultado de tantas negociações interlocutivas, tem-se aqui um gênero discursivo híbrido, com traços de entrevista, de ensaio memorialístico e de artigo acadêmico assim como marcas de enunciação polifônica, embora enunciado em primeira pessoa. Se não foram escolhas deliberadas e conscientes, elas me parecem agora bastante adequadas em relação à pluralidade de vozes e de pontos de vista, que caracteriza a história da ABAlf tematizada neste texto.

Quando, como e por que começou a ABAlf?

Há poucos meses, tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o professor Max Butlen (INRP - França), quando ele realizava atividades como professor-visitante, na UNESP – Universidade Estadual Paulista – campus de Marília. Em rápido encontro, disse-lhe que, embora por certo não soubesse, seu nome está ligado à história da ABAlf.

Ele era um dos dois convidados oficiais para a conferência deu ma das sessões especiais da 32ª Reunião Anual da ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, realizada em outubro de 2009, na cidade de Caxambu/MG, com o tema central “Sociedade, cultura e educação: novas regulações?”. Essa sessão especial fora proposta pelo GT 10 – Alfabetização, leitura e escrita e teve como tema “Políticas de alfabetização e leitura no Brasil – entre o público e o privado: quais regulações?”. Dela participaram Alceu Ravello Ferraro (UNILASALLE), como conferencista, e Edith Frigotto (UFF), como coordenadora da sessão e do GT 10³.

Infelizmente, problemas familiares impediram o professor de comparecer, e a coordenadora do GT 10 me convidou para substituí-lo. Embora o tempo fosse muito curto para tamanha responsabilidade, não pude deixar de aceitar, tanto em respeito e reconhecimento pelo trabalho dos colegas desse GT quanto em

³ Na ocasião, o GT 10 tinha, como Vice-Coordenadora, Claudia M. M. Gontijo (UFES) e, como representantes no Comitê Científico da ANPEd, Telma F. Leal (UFPE) e Isabel C. A. S. Frade (UFMG).

agradecimento pela confiança em meu trabalho. E assim me preparei para dar conta do desafio, não de substituir o ilustre professor estrangeiro, função que eu não podia desempenhar, nem para simplesmente cumprir um dever do ofício acadêmico. Mas de dizer algo que, preenchendo o lugar inicialmente destinado a outro, pudesse representar contribuições para a discussão do tema, no diálogo com os pesquisadores reunidos no mais importante evento acadêmico-científico da área de Educação, no país.

Não somente o curto prazo dificultou a tomada de decisões. Já naquele momento, ocupava-me com tentar compreender o desequilíbrio e a desproporção entre os esforços seculares para enfrentar os problemas da alfabetização de crianças, jovens e adultos no Brasil e os pífios e lentos resultados, contrastantes, desde pelo menos a década de 1980, com o crescente acúmulo de conhecimentos sobre alfabetização e com acrescente elaboração e implementação de programas governamentais/políticas públicas. Desde então, venho acompanhando e vivenciando as denúncias dos reiterados problemas da alfabetização de crianças, jovens e adultos no país, o que me leva a concluir que, se não faltam respostas e propostas, não caberia a nós, pesquisadores, reunir esforços para, juntos, formularmos perguntas que fazem falta para pensarmos sobre outras respostas?

Coerentemente com o tema daquela sessão especial e do ponto de vista de ex-professora do ensino de 1º e 2º graus e professora universitária/pesquisadora, assim como dialogando com o contexto de crítica à visão “produtivista” da pesquisa acadêmica, decidi abordar um dos termos daquela equação, o das políticas públicas sobre alfabetização no Brasil, problematizando a ambígua e promíscua relação entre políticas públicas e os sujeitos privados que as elaboram.

As reflexões foram registradas no artigo “Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados”⁴ (MORTATTI, 2010a), publicado pela *Revista Brasileira de Educação* (ANPEd).

Não por acaso nem por adereço, o artigo é dedicado a dois matemáticos contemporâneos: o norte-americano, John F. Nash Jr. (1928-2015), que se destacou por sua “análise básica de equilíbrio na teoria dos jogos não-cooperativos”, pelo que, em 1994, recebeu o “Nobel da Economia” (Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel); e o russo, Grigori Y. Perelman (1966), que, em 2006, recebeu a “Medalha Fields”, por ter resolvido a Conjectura de Poincaré, desafio criado pelo matemático francês Jules Henri Poincaré (1854-1912), que se tornou um dos mais famosos problemas matemáticos do século XX e um dos “sete desafios do milênio”.

⁴ No título desse artigo, faço alusão ao poema de W. H. Auden: “Private faces in publicplaces/Are wiser and nicer/Thanpublic faces in privateplaces”.

Problematizando inicialmente as relações entre alfabetização e política, apresentei aspectos históricos do processo de constituição da alfabetização como objeto de estudo, desde o final do século XIX, até a atualidade, no âmbito do que denomino “quarto momento” (iniciado da década de 1980 e ainda em curso) dessa história no Brasil (MAGNANI, 1997/MORTATTI, 2000). Enfoquei, então, três modelos teóricos (construtivismo, interacionismo linguístico e letramento) (MORTATTI, 2007) e correspondentes propostas didático-pedagógicas, conforme se apresentam como fundamentos das políticas de alfabetização deste “quarto momento”. E propus discussão de conjecturas sobre um novo tipo de parceria que se estabeleceu entre órgãos públicos e docentes pesquisadores das universidades públicas.

Ao final da conferência e do artigo, propus que nós, pesquisadores, tomássemos a frente das discussões e proposições sobre alfabetização, reunindo a expertise secular de que, juntamente com alfabetizadores, somos herdeiros, com o objetivo de protagonizar o enfrentamento desse nosso desafio do século XXI e buscar outras perguntas sobre as complexas necessidades desse nosso objeto de estudo e ensino.

Tais conjecturas, assim como tantas outras que podem ser formuladas, indicam, por fim, que a alfabetização continua sendo um dos signos mais evidentes e complexos da ambígua relação entre deveres do Estado e direitos do cidadão. E, como tal, área estratégica para a consecução de políticas de modernização econômica e social que contemplem necessidades básicas de todos.

[...]

Por isso, penso que uma das urgências de nosso tempo é congregar esforços científicos e energia intelectual – não atrelados a órgãos do setor público estatal, a instâncias públicas não estatais nem a empresas privadas – para pensar sobre essas e outras conjecturas. E, com essa finalidade, proponho a criação da Sociedade Brasileira de Alfabetização, como entidade sem fins lucrativos, com os objetivos de congregar pesquisadores e grupos de pesquisa, promover a criação de um núcleo de pesquisas e estudos sobre alfabetização de caráter institucional e multidisciplinar e promover intercâmbio com sociedades, pesquisadores, núcleos e grupos de pesquisa internacionais.

Talvez ainda seja muito pouco. Mas considero ser essa uma ocupação fecunda, em tempos de produtivismo e privação do ócio criativo, e necessária, para, ao menos, iniciar o debate. (MORTATTI, 2010a, p. 340)

Assim começou a SBAlf – Sociedade Brasileira de Alfabetização, cujas denominação e sigla foram posteriormente alteradas, para ABAlf – Associação Brasileira de Alfabetização.

Como se deu a criação e a consolidação da ABAIf?

A partir do lançamento da proposta, iniciou-se a “fase heróica” da ABAIf. Sua criação foi sendo planejada e implementada em vários momentos e espaços de discussão presenciais ou por meios virtuais, já que são grandes as distâncias entre as instituições de origem dos envolvidos na criação e na gestão da entidade.

As conversas sobre o assunto continuaram lenta, mas regularmente, entre alguns pesquisadores presentes naquela reunião da ANPEd. E foram retomadas no I SIHELE – Seminário Internacional sobre História do Ensino de Leitura e Escrita, realizado na UNESP-Marília, em setembro de 2010.

Esse evento foi promovido pelo GPHELLB – Grupo de Pesquisa “História do ensino de língua e literatura no Brasil”, criado em 1994 e que coordeno, desde então⁵. Contamos com a participação de nossa convidada de honra, Magda Soares, da pesquisadora francesa Anne-Marie Chartier e de pesquisadores brasileiros vinculados a grupos e centros de pesquisa sobre alfabetização de diferentes estados e instituições brasileiras. Na plenária final, foi apresentada e aprovada a proposta indicativa de criação da Sociedade Brasileira de Alfabetização, com encaminhamento ao GT10 “Alfabetização, leitura e escrita” da ANPEd, em sua 33ª Reunião anual (17 a 20/10/2010), com o tema “Educação no Brasil: o balanço de uma década” (MORTATTI, 2010b).

Nessa ocasião, após esclarecimentos e discussão, a proposta foi aprovada, e criamos uma Comissão Provisória⁶, que definiu os primeiros encaminhamentos. Por indicação dos colegas, fiquei responsável pela presidência dessa comissão, que foi sediada na UNESP-Marília, e pela elaboração do primeiro histórico de nossas iniciativas⁷.

Demos, então, início às providências necessárias: obtenção de moções de apoio à criação da entidade, elaboração de seu histórico, elaboração de proposta de primeiro Estatuto, de data e de local para realização de Assembleia de criação e avaliação das possibilidades de ações principais, como publicações e eventos específicos.

⁵ O evento contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (FUNDUNESP); Fundo de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão (FAPEX-FUNDEPE); Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Extensão da UNESP. Contou, também, com o apoio logístico e financeiro da Direção da FFC-UNESP-Marília. Um dos principais resultados do I SIHELE é o livro *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história* (Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2011), que organizei e contém textos dos conferencistas e palestrantes no evento. Em 2012, o livro conquistou o 1º lugar na categoria “Educação” – 54º Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro.

⁶ Essa comissão foi constituída por: Maria do Rosário L. Mortatti (UNESP-Marília) (Presidente); Artur G. Morais (UFPE), Cancionila J. Cardoso (UFMT), Cecília M. A. Goulart (UFF), Cláudia M. M. Gontijo (UFES), Cleonara M. Schwartz (UFES), Diana G. Vidal (USP), Edith I. S., Frigotto (UFF), Edna C. Oliveira (UFES), Eliane T. Peres (UFPE), Francisca I. P. Maciel (UFMG), Iole M. F. Trindade (UFRGS), Luciana Piccoli (UFRGS), Isabel C. A. S. Frade (UFMG), Maria Arisnete C. Morais (UFRN), Maria do Socorro A. N. Macedo (UFSJ), Marildes Marinho (UFMG), Lázara Nanci B. Amâncio (UFMT), Norma S. A. Ferreira (UNICAMP).

⁷ Esse documento está disponível em: <http://abalf.org.br/historico/>

Em 2012, quando demos andamento aos preparativos para a realização da Assembleia de criação da ABAlf, deparamos com as dificuldades financeiras que poderiam inviabilizar condições adequadas à participação de representantes de diferentes segmentos envolvidos com alfabetização e consideramos que o 18º Congresso de Leitura do Brasil (COLE) era a opção mais adequada: é evento consolidado e com respeitável tradição, reúne pesquisadores, professores e estudantes universitários, professores e demais profissionais que atuam na Educação Básica, profissionais que atuam em bibliotecas e em programas de formação de leitores, dentre outros profissionais que poderiam se envolver com a proposta da ABAlf. Nossa solicitação foi prontamente aceita por Antonio Carlos Amorim (FE/UNICAMP), então Presidente da ALB e do 18º COLE.

Foram muitas, árduas e custosas as providências para a realização da Assembleia: finalização da minuta do Estatuto⁸, articulações para composição de chapa, elaboração de convite e ampla divulgação, por mídias eletrônicas e impressas, em universidades, escolas de educação básica, órgãos públicos e entidades ligadas à educação; criação do Blog da SBAlf, em 02/07/2012, pelos doutorandos da UNESP-Marília, Bárbara Cortella Pereira e Fernando Rodrigues de Oliveira; providências tomadas por Norma Sandra de Almeida Ferreira, junto à Unicamp, para agendamento do Salão Nobre da FE/UNICAMP, gravação da assembleia e equipamento para transmissão pela internet; agendamento de reunião presencial dos membros da comissão provisória para concluir as providências relativas aos itens da pauta da Assembleia.

Certamente impulsionada pelo clima e pelo entusiasmo dos participantes do 18º COLE, a assembleia foi muito concorrida. O Salão Nobre da FE/UNICAMP estava lotado, e todos queriam conhecer a proposta da entidade. Presidi-la representou um grande desafio para mim. Em duas horas, foram apresentados e aprovados: o Estatuto e a chapa para o biênio 18/07/2012- 17/07/2014⁹, que continha o nome de Magda Soares como Presidente de Honra, e a proposta do nome de Paulo Freire como Patrono, apresentada por Sérgio Leite (FE/UNICAMP);

⁸ Para a elaboração do estatuto, buscamos inspiração e subsídios nos de outras sociedades/associações acadêmico-científicas, já existentes e consolidadas no país, em especial no da Sociedade Brasileira de História da Educação, criada em 1999, e no da ALB, criada em 1981.

⁹ GESTÃO 2012-2014: DIRETORIA: Presidente: Maria do Rosário L. Mortatti (UNESP-Marília); Vice-Presidente: Cecília M. A. Goulart (UFF); Secretária: Cláudia M. M. Gontijo (UFES); Vice-Secretária: Francisca I. P. Maciel (UFMG); Tesoureira: Cristiana Ferrari/Claudia R. M. Giroto (UNESP-Marília); Vice-Tesoureira: Norma S.A. Ferreira (UNICAMP) - REPRESENTANTES REGIONAIS: Região Norte – Titular: Adelman Barros (UNIFAP)/Suplente: Wanderleia A. M. Leitão (EAUFPA); Região Nordeste – Titular: Artur G. Moraes (UFPE)/Suplente: Denise M. C. Lopes (UFRN); Região Centro-Oeste – Titular: Cancionila J. Cardoso (UFMT)/Suplente: Estela N. M. Bertolotti (UEMS); Região Sudeste – Titular: Cleonara M. Schwartz (UFES)/Suplente: Maria do Socorro A. N. Macedo (UFSJ); Região Sul – Titular: Eliane T. Peres (UFPEl)/Suplente: Luciana Piccoli (UFRGS); CONSELHO FISCAL: Presidente: Edith I. S. Frigotto (UFF); Secretária: Thabatha A. Trevisan (UNESP-Marília); Titular: Thabatha A. Trevisan (UNESP-Marília)/Suplente: Nelson Buck (UNESP-Marília); Titular: Edith I. S. Frigotto (UFF)/Suplente: Lázara Nanci B. Amâncio (UFMT); Titular: Isabel C. A. S. Frade (UFMG)/Suplente: Ana Luiza Smolka (UNICAMP).

os 37 Associados-Fundadores¹⁰; o valor da taxa de anuidade¹¹. Houve, ainda, várias manifestações dos participantes, contendo, por exemplo, entusiástico apoio à nova entidade e também uma crítica relativa à ausência, na chapa proposta, de professores da educação básica, especialmente alfabetizadores¹².

Conforme estabelecido no Estatuto, durante o primeiro biênio, a ABAlf esteve sediada na UNESP – Marília (instituição à qual se vincula a Presidente eleita naquela Assembleia) e pudemos contar com os decisivos apoio e infraestrutura oferecidos pela direção da Faculdade.

A partir de então, passei a executar outras árduas atividades que não faziam parte da rotina acadêmica e que demandaram disposição e disponibilidade para aprendizado intensivo, sobretudo considerando que a Associação iniciou suas atividades sem recursos financeiros próprios. Para a execução das atividades que envolviam itens de despesa, contamos ou com a colaboração, por meio de materiais e serviços, da instituição-sede ou com a disponibilidade de colaboração financeira voluntária dos membros da diretoria colegiada.

A primeira providência após a Assembleia foi a formalização/legalização jurídica da Associação, e, enquanto a aguardávamos, providenciamos abertura de conta bancária em nome da presidente e das tesoureiras, para receber as taxas de anuidade dos associados. Após análise por parte de advogado, a sigla e a denominação passaram a ser ABAlf – Associação Brasileira de Alfabetização, em atendimento ao disposto no Artigo 44, do Código Civil brasileiro. Alguns meses depois, conseguimos obter o registro em cartório e a inscrição da ABAlf no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Abrimos conta bancária em nome da ABAlf e, em 18/03/2013, foi lançado o *site* institucional, registrado em dois domínios da internet (“abalf.com” e “abalf.org”) adquiridos com recursos financeiros da Associação e desenvolvido por agência contratada pela entidade. Embora sua criação, desenvolvimento e alimentação tenham sido muito trabalhosos, o *site* passou a ser ferramenta fundamental para divulgação da entidade e interação com os associados e comunidade externa.

Apesar das distâncias físicas, continuou regular e constante a comunicação, de forma presencial ou por meio virtual, entre os membros da Diretoria colegiada, para discussão e deliberação de todas as atividades necessárias

¹⁰ As listas com nomes dos associados-fundadores e demais associados nos anos de 2012, 2013 e 2014 (até 18/07) estão disponíveis, respectivamente em: <http://abalf.org.br/quem-somos/associado-fundadores/> e <http://abalf.org.br/quem-somos/associados/>

¹¹ A ata dessa e das demais assembleias estão disponíveis em: <http://abalf.org.br/historico/>

¹² De fato, quando das consultas para a composição da chapa para a primeira diretoria, conseguimos localizar somente uma professora da educação básica, Wanderleia A. M. Leitão (EAUFPA), interessada em participar da diretoria. A crítica foi acolhida e reforçamos a divulgação da associação entre professores da educação básica, de que resultou aumento do número de associados dessa categoria profissional e de sua participação no I CONBAIf/II SIHELE.

à gestão da entidade. Além das assembleias e reuniões estatutárias, com as devidas atas, realizamos inúmeras reuniões informais por e-mail e elaborei dezenas de boletins (inicialmente semanais e, depois, mensais), de circulação interna, contendo sínteses das atividades da Associação.

Nesse processo, a proximidade física das tesoureiras (Cristiana Ferrari, Cláudia Mosca Giroto e Norma Ferreira) e dos associados que colaboraram diretamente (Fernando Oliveira, Franciele Pasquim), além de alunos de graduação-bolsistas sob minha orientação acadêmica, foram essenciais para garantir a devida execução das decisões da diretoria colegiada e contornar as dificuldades de contratação de auxiliar administrativo, com perfil adequado.

Em outubro de 2012, foi realizado o concurso para seleção do logotipo oficial da ABAlf, tendo sido vencedora a proposta apresentada por Chris de Azevedo Ramil, Bacharel em Artes Visuais e mestranda em Educação (UFPEL).

Em 08/11/2012, na UNESP-Marília, foi realizada a 1ª Reunião Anual da Diretoria e Representantes Regionais da ABAlf. Foram deliberadas e encaminhadas as atividades da Associação para o biênio 2012-2014, dentre as quais: campanha para aumentar o número de associados; promoção e realização, na UFMG, do I CONBAIf – Congresso Brasileiro de Alfabetização (08 a 10/07/2013) e II SIHELE – Seminário Internacional sobre História do Ensino de Leitura e Escrita (11 e 12/07/2013); e publicação da revista da ABAlf.

Iniciamos, então, a organização dos eventos científicos, que tive a satisfação de presidir e coordenar, juntamente com Isabel Cristina Alves da Silva Frade, e que foram promovidos pela Associação, com co-promoção das instituições a que estão vinculados membros de sua Diretoria, Representantes Regionais e Conselho Fiscal, e com auxílios financeiros da ABAlf, do CEALE, da FAPESP e da FAPEMIG.

Esses eventos foram exitosos, tendo contribuído decisivamente para a consolidação política, financeira e administrativa da Associação. Além de conferencistas internacionais, palestrantes vinculados a instituições de ensino superior e da educação básica de diferentes estados da federação e representantes de órgãos públicos, houve 561 participantes inscritos e foram recebidos 278 trabalhos. Professores estrangeiros e professores de universidades brasileiras, representando quase todos os estados do país, participaram do Comitê Científico, coordenado por Cecília Goulart e Edith Frigotto, em conjunto com Fernando Oliveira e Franciele Pasquim. E, durante os eventos, realizamos reuniões com entidades congêneres e representantes de órgãos públicos, a fim de iniciar avaliação das possibilidades de atuação conjunta relativamente a pesquisas, políticas e práticas pedagógicas em alfabetização.

Dentre os expressivos resultados desses eventos, destaco os dois livros —: *Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?* e *História do ensino de leitura e escrita: métodos e material didático*, organizados por mim e

por Isabel Frade e publicados pela Editora UNESP e Oficina Universitária, com auxílio financeiro da ABAlf e da FAPESP.

Também como expressivos resultados de nossas iniciativas, destaco o número de associados que responderam ao convite da ABAlf, tendo contribuído decisivamente para a sustentação da entidade: 91, em 2012; 355, em 2013; e 79, até 18/07/2014. Como se pode constatar, o significativo aumento do número de associados em 2013 se deveu à realização do I CONBAIf/II SIHELE, confirmando a pertinência do conselho que Ezequiel Theodoro da Silva (FE/UNICAMP) me dera, durante a Assembleia de criação da ABAlf, baseado na sua longa experiência com a ALB, de que foi fundador e presidente, em várias gestões: a promoção de eventos é essencial para a sobrevivência de associações como as nossas.

Com o final do mandato da primeira Diretoria da ABAlf, iniciaram-se as providências para a eleição da próxima. Decidi não compor chapa nem me candidatar a cargos na diretoria, por dois principais motivos. O primeiro deles se refere a minha avaliação sobre a necessária renovação da entidade. Desde o lançamento da proposta em 2009, eu estive à frente das iniciativas da Associação, o que inevitavelmente imprime marcas do estilo pessoal de condução das atividades e demanda renovação, para ampliar as possibilidades de execução dos objetivos que definimos. Outro motivo foi a necessidade de retomar projetos pessoais e profissionais que ficaram suspensos temporariamente, dada a dedicação quase “full time” à presidência da Associação.

Para concorrer à eleição para o biênio 18/07/2014 – 17/07/2016, não houve chapa inscrita, durante o período em que ficou aberto o edital. Com sua reabertura, foi inscrita chapa única: “Abalf - plural, autônoma e democrática”, presidida por Claudia Maria Mendes Gontijo¹³. Após a votação por meio virtual, a chapa foi proclamada vencedora, com unanimidade de votos.

A diretoria eleita foi empossada na Assembleia anual realizada em 27/07/2014, durante o 19º COLE. Na ocasião, promovemos o lançamento em edição impressa comemorativa dos dois livros resultantes dos eventos promovidos pela ABAlf e a conferência proferida por Ezequiel Theodoro da Silva.

¹³ GESTÃO 2014-2016 – DIRETORIA: Presidente: Claudia M. M. Gontijo – UFES; Vice-Presidente: Maria do Socorro A. N. Macedo – UFPE; Secretária: Thabatha A. Trevisan – UNESP-Marília; Vice-Secretária: Cancionila J. Cardoso – UFMT – Rondonópolis; Tesoureiro: Cleonara M. Schwartz – UFES; Vice-Tesoureiro: Estela N. M. Bertolotti – UEMS – Paranaíba; REPRESENTANTES REGIONAIS: Região Norte – Titular: Adelman N. Barros-Mendes – UNIFAP – Macapá; Suplente: Wanderleia A. M. Leitão – Escola de Aplicação da UFPA – Belém; Região Nordeste – Titular: Denise M. C. Lopes – UFRN; Suplente: Artur G. Morais – UFPE; Região Centro-Oeste – Titular: Sílvia F. P. Rodrigues – UFMT – Rondonópolis; Suplente: Regiane P. S. Bastos – SEE – Rondonópolis/MT; Região Sudeste – Titular: Mônica C. Baptista – UFMG /Suplente: Fernando R. Oliveira – UNESP-Marília; Região Sul – Titular: Gabriela M. Nogueira – FURG /Suplente: Lourival J. Martins Filho – UDESC – Florianópolis; CONSELHO FISCAL: Presidente: Cristiana Ferrari – UNESP-Marília; Secretária: Claudia R. M. Giroto – UNESP-Marília; Titular: Cecília M. A. Goulart – UFF /Suplente: Iara A. Silva – SEE/MS – Campo Grande; Titular: Norma S. A. Ferreira – FE/UNICAMP /Suplente: Ana Luiza B. Smolka – FE/UNICAMP; Titular: Márcia Mello – UNESP-Ourinhos /Suplente: Maria Cristina Corais – UFRJ.

Ainda nessa Assembleia, foi aprovado o relatório de gestão referente ao biênio 18/07/2012 – 17/07/2014, no qual sintetizamos as principais atividades e resultados obtidos. E, mesmo considerando a impossibilidade de concluir, no primeiro biênio, ações importantes – como a criação da revista da ABAlf e da rede de alfabetizadores resultante da reunião com entidades congêneres, durante os eventos de 2013 –, pudemos constatar os avanços que conseguimos obter, sobretudo com apoio dos associados, frente ao compromisso de levar adiante a execução da proposta lançada em 2009.

[...] em dois anos de intenso trabalho, conseguimos alcançar os principais objetivos que motivaram a criação de nossa entidade, a qual hoje se encontra consolidada do ponto de vista jurídico, administrativo, financeiro e acadêmico: obtivemos CNPJ, criamos o site institucional, realizamos dois exitosos eventos científicos, publicamos dois livros altamente qualificados, conseguimos a necessária estabilidade administrativa, contábil e, em especial, financeira, para viabilizar as ações que darão continuidade à nossa Associação. Foram muitos os compromissos que assumimos e as expectativas que geramos. Se as condições objetivas, características do primeiro biênio de atividades, não nos permitiram fazer mais, também não foram poucas as realizações de nossa Associação.

O que, em 2009, era uma ideia inovadora e pioneira, que se concretizou formalmente em 18/07/2012, é hoje uma realização reconhecidamente exitosa e promissora. Sem dúvida, porém, há ainda muito a ser feito. E, para isso, contamos agora com a chapa eleita para administrar a ABAlf no próximo biênio. A realização desse pleito, assim como a representatividade dos eleitos, é mais uma importante evidência da vitalidade de nossa Associação. (ABALF, 2014, p. 11)

Por que uma Associação Brasileira de Alfabetização?

Essa é uma questão instigante, cuja problematização é o *leit-motiv* deste texto e que pode ser desdobrada em tantas outras, como, por exemplo: quais os motivos de tanto esforço físico e científico, de tanta energia intelectual despendida, durante a “fase heróica” da ABAlf, por um grupo de pessoas que atuam como professores/pesquisadores¹⁴ e que acolheram o convite para criara Associação, tendo integrado a Comissão Provisória e a primeira diretoria colegiada¹⁵? Por que uma associação de alfabetização, se já havia associações congêneres? O que nos moveu e continua nos movendo?

¹⁴ Muitos desses colegas encontrei pessoalmente ou conheci, *por causa* da ABAlf.

¹⁵ Alguns deles integram também a Diretoria colegiada do biênio 2014-2016.

Certamente, não há respostas exatas, e os motivos pessoais são inescrutáveis. Ainda que de modo incompleto e lacunar, tentativas de explicação podem, entretanto, ser iniciadas com a análise de algumas características dos espaços/tempos de formação e atuação profissional dos integrantes desse grupo de pesquisadores e do momento histórico em que se reuniram para pensar e fazer a Associação, durante o período em questão.

Dentre os 28 professores/pesquisadores que integraram a Comissão Provisória e/ou a primeira Diretoria colegiada, 26 são mulheres e também 26 são professores universitários/pesquisadores vinculados a cursos de graduação e programas de pós-graduação da área de educação assim como a grupos/núcleos/centros de pesquisa de universidades de diferentes estados e regiões geográficas brasileiras: UNESP-Marília, UFF, UFES, UFMG, UNICAMP, UNIFAP, EAUFPA, UFPE, UFRN, UFMT, UEMS, UFSJ, UFPel, UFRGS. Dentre os 28 mencionados, uma professora atua na Educação Básica e um professor é aposentado de suas atividades na UNESP - Presidente Prudente.

A formação/titulação acadêmica desses professores/pesquisadores se deu predominantemente nas áreas de Educação e Letras, como se pode observar no Quadro 1, em que são considerados dados relativos a graduação, pós-graduação *lato sensu* (especialização), pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e livre-docência (obtida em universidades públicas paulistas e resultante de aprovação em concurso público).

Quadro 1 – Formação/titulação acadêmica dos membros da Comissão Provisória e primeira Diretoria da ABAIf, por nível/área

Curso/área	Pedagogia/ Educação	Letras/ Linguística	História	Psicologia	Filosofia	Ciências Biológicas/ História natural
Nível de formação/titulação						
Graduação	16	8	1	1	1	1
Especialização	13	4	2	-	-	-
Mestrado	21	3	1	1	-	-
Doutorado	20	3	1	1	-	1
Livre-Docência	3	-	-	-	-	
TOTAL	73	18	5	3	1	2

Fonte: Plataforma Lattes – CNPq

A formação/titulação acadêmica desses professores/pesquisadores se deu em 29 instituições de ensino superior brasileiras e quatro estrangeiras, como se pode observar no Quadro 2. As instituições brasileiras estão situadas em diferentes estados e regiões geográficas do país, conforme a seguinte ordem de ocorrência: 19, na região Sudeste; 4, na região Sul; 3, na região Centro-Oeste; 3, na região Norte; 2, na região Nordeste. As instituições estrangeiras estão situadas: 2, nos Estados Unidos da América do Norte; 1, na Espanha, e 1, na França.

Merece destaque o fato de que alfabetização está presente apenas: na denominação/tema de dois cursos de especialização – “Especialização em Alfabetização”, realizado na PUCMINAS, na década de 1980, e frequentado por duas dentre os 28 professores/pesquisadores; “Alfabetização, letramento e ação supervisora”, realizado na UFRGS, na década de 2000, e frequentado por outra professora/pesquisadora, dentre os mencionados; e em um título de Livre-Docente: “Metodologia da alfabetização”, obtido em 1997 pela primeira presidente da Associação.

Quadro 2 – Formação/titulação acadêmica dos membros da Comissão Provisória e primeira Diretoria da ABAIf, por instituição (brasileira ou estrangeira)

Nível de formação/ titulação	Graduação	Especia- lização	Mestrado	Doutorado	Livre- Docência	Total por nível
Instituição						
UNICAMP	–	1	5	6	2	14
UNESP	4	–	3	4	3	14
UFMG	2	–	5	5	–	12
USP	2	–	1	4	1	8
UFRGS	2	1	2	2	–	7
UFRN	2	1	2	1	–	6
UFES	3	–	2	–	–	5
PUC RIO	–	–	2	2	–	4
UFMT	2	2	–	–	–	4
UFPE	1	–	1	–	–	2
UFSCAR	1	–	1	–	–	2
UFMS	1	1	–	–	–	2
PUCSP	–	1	–	–	1	2
UFPA	–	1	–	–	–	1
UEL	1	–	–	–	–	1
UFF	–	–	–	–	1	1
UFG	–	–	–	1	–	1
UEMG	–	1	–	–	–	1
UFPEL	–	1	–	–	–	1
UNIFAP	1	–	–	–	–	1
PUC MINAS	1	3	–	–	–	1
UEPA	1	–	–	–	–	1
UNISINOS	–	1	–	–	–	1
UNIVAP	1	–	–	–	–	1
UNIFRAN	1	–	–	–	–	1
FCL S. JOSÉ DOS CAMPOS	1	–	–	–	–	1
FFCL Belo Horizonte	1	–	–	–	–	1
Universidade Gama Filho	1	–	–	–	–	1
Universidade Santa Úrsula	1	–	–	–	–	1
Faculdade Espírito- santense de Administração	–	1	–	–	–	1

Quadro 2 – Formação/titulação acadêmica dos membros da Comissão Provisória e primeira Diretoria da ABAlf, por instituição (brasileira ou estrangeira) (continuação)

Nível de formação/ titulação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Livre- Docência	Total por nível
Instituição						
FFCL Bragança Paulista	-	1	-	-	-	1
Universitatde Barcelona – Espanha	-		-	1	-	1
University of Arizona – EUA	-	1	1	-	-	1
Columbia University – EUA	-	1	-	-	-	1
Institut National de Recherche Pédagogique – França	-	1	-	-	-	1

Fonte: Plataforma Lattes – CNPq

Quanto ao período de formação, a maior incidência está nas décadas de 1980 e 1990, de acordo com os dados apresentados no Quadro 3, em que está incluída a formação complementar em estágio de pós-doutorado. Iniciada na década de 2000, essa modalidade de formação se deu, no caso dos sujeitos em análise, em instituições estrangeiras (EUA, 3; Espanha, 2; França, 2; Portugal, 2; Inglaterra 1) e em instituições brasileiras (UNESP, 2; Unicamp, 2; PUCSP, 1; UFPB, 1; UFMG, 1; UFPR, 1; UERJ, 1; USP, 1; UFPA, 1).

Quadro 3 – Formação/titulação acadêmica dos membros da Comissão Provisória e primeira Diretoria da ABAlf, por década

Década	1960	1970	1980	1990	2000	2010	Total por nível de formação
Nível de formação							
Graduação	5	6	14	1	2	-	28
Especialização	-	4	7	7	1	-	19
Mestrado	-	1	8	15	2	-	26 ¹⁶
Doutorado	-	2	2	16	7	1	28
Livre Docência	-	-	1	2	2	-	5
Pós-Doutorado	-	-	-	-	19	2	21
Total por Década	4	12	31	41	33	3	-

Fonte: Plataforma Lattes – CNPq

Cruzando os dados apresentados nos quadros acima, podem-se destacar aspectos importantes relativos a semelhanças e diferenças entre os professores/pesquisadores que integraram a Comissão Provisória e/ou a primeira Diretoria colegiada da ABAlf.

¹⁶ Três professores/pesquisadores concluíram o “doutorado direto”.

Como características comuns a esse grupo de 28 professores/pesquisadores, podem-se observar as seguintes:

- sua formação acadêmica (em nível de graduação¹⁷) para o magistério transcorreu predominantemente nas décadas de 1960 (4), 1970 (6) e 1980 (14);
- muitos deles deram continuidade à formação profissional em cursos de especialização, com maior incidência nas décadas de 1980 (7) e 1990 (6);
- a maioria deles iniciou a formação como pesquisadores em nível de mestrado, nas décadas de 1980 (8) e 1990 (15);e
- a maioria foi formada em instituições públicas de ensino superior da região Sudeste, em cursos de graduação, especialização e pós-graduação predominantemente das áreas de Educação e Letras/Linguística.

Quando se consideram todos os registros localizados, observam-se também importantes aspectos indicativos da diversidade de formação desses professores/pesquisadores, ao longo das cinco últimas décadas:

- crescente diversificação de áreas e subáreas assim como de instituições formadoras;
- ampliação/elevação dos níveis de formação, com decréscimo de cursos de especialização e significativa quantidade de estágios de pós-doutorado, na década de 2000; e
- diversidade de momentos de formação e atuação profissional e heterogeneidade de pontos de vista políticos e de fundamentação teórico-metodológica para a compreensão da alfabetização e correspondentes práticas pedagógicas.

Muitos outros aspectos da formação e da atuação profissional desses 28 professores/pesquisadores podem ser destacados e problematizados, como, por exemplo: características dos temas, objetos de pesquisa, fundamentação teórica e abordagem metodológica de suas teses e dissertações assim como de sua produção bibliográfica; produção acadêmica de seus orientandos; temáticas e constituição dos grupos/centros de pesquisa que lideram ou de que participam; sua participação em programas governamentais/políticas públicas e em espaços organizados de discussão (como associações científicas) e de atuação (como redes de ensino).

Para os objetivos e limites deste texto, porém, restrinjo-me a problematizar questões suscitadas mais diretamente pelos dados que apresentei até aqui.

¹⁷ Não constam dos Cv-lattes consultados informações sobre formação para o magistério em cursos de nível médio, como Curso Normal, Habilitação Específica para o Magistério e CEFAM. Quando localizadas, essas informações podem contribuir para ampliação da análise das características de formação desse grupo de professores/pesquisadores.

Considerando 30 anos como período médio definidor (embora de forma imprecisa) da ideia de geração, há ao menos cinco gerações de professores/pesquisadores, cujos processos de formação acadêmica (e subsequente inserção profissional) se deram entre as décadas de 1960 e de 2010, a maioria deles na década de 1980 (graduação) e na década de 1990 (pós-graduação).

O período de intensificação desses processos formativos coincide com o momento de reorganização política e social do Brasil, decorrente do processo de redemocratização que sucedeu a ditadura (civil-)militar imposta em 1964. Na década de 1980, a educação se tornou um dos espaços privilegiados de atuação política e social silenciada durante o período ditatorial. Além dos avanços na formação inicial de professores em universidades públicas, expandiu-se a pós-graduação em educação, a partir da criação, em 1966, do primeiro curso da área, o da PUC-Rio.

De um ponto de vista histórico, essas iniciativas em educação se cruzam com as relativas à alfabetização (entendida como ensino de leitura e escrita a crianças em fase inicial de escolarização), cuja história tem sua origem no século XIX, associadamente às iniciativas em educação, que, desde o período Imperial, visavam a modernizar o país (MORTATTI, 2000).

As tematizações sobre alfabetização são também seculares, mas ganharam corpo e organicidade, como objeto de estudo, na segunda metade do século XX, especialmente devido ao interesse e às iniciativas de organismos internacionais que se seguiram à 2ª Guerra mundial e que incentivaram a criação e a expansão de programas governamentais/políticas públicas voltadas à erradicação do analfabetismo e à oportunação da escolarização como fator de desenvolvimento social, econômico e para a paz (MORTATTI, 2013); e à criação e expansão da pós-graduação no país.

É nesse contexto que se inicia o quarto momento (ainda em curso) na história da alfabetização no Brasil, em que a perspectiva construtivista proposta pela pesquisadora argentina, Emilia Ferreiro, e colaboradores se tornou hegemônica, tendo passado a fundamentar teorias e práticas na formação e na atuação de alfabetizadores assim como políticas públicas em alfabetização (MAGNANI, 1997/MORTATTI, 2000).

É ainda nesse contexto que se inicia, de forma sistemática, a produção acadêmica sobre alfabetização, como aponta Soares (1989). E,

[...] embora o início desse processo esteja diretamente relacionado com as condições objetivas imediatas devem-se ressaltar dois aspectos da questão. Do ponto de vista sincrônico, tratou-se da implementação de *novas formas e modos* de estudar a alfabetização e seus problemas: tomando-a como *objeto de pesquisa acadêmica desenvolvida por meio de metodologia científica*. No contexto político pós-1964, essas novas formas e modos estavam também relacionados com os objetivos de

modernização capitalista do país, por meio de melhoria do ensino superior em a nova função que se lhe devia atribuir.

Do ponto de vista da longa duração histórica, porém, tratou-se de mais um momento específico no processo histórico de constituição da alfabetização como objeto de estudo [...]. (MORTATTI, OLIVEIRA, PASQUIM, 2014, p. 10; grifos no original).

Como proponho em Magnani (1997)/Mortatti (2000), esse processo ganhou impulso no Brasil, após a proclamação da República, em 1889, a partir de quando a alfabetização se consolidou como índice de medida e testagem da eficiência da escola no cumprimento dos ideais republicanos. E o reiterado fracasso nessa etapa de escolarização passou a demandar um conjunto de iniciativas sistemáticas sobre o assunto. Dentre essas, encontram-se tematizações, normatizações e concretizações¹⁸ historicamente centradas na questão dos métodos de alfabetização, como a “face mais visível” das disputas em torno das explicações e soluções para os problemas da alfabetização (escolar).

E estão igualmente na base do processo de consolidação do “[...] interesse pela alfabetização como área estratégica e cada vez mais autônoma (ainda que limitada) para a objetivação dos projetos modernizantes” (MAGNANI, 1997/MORTATTI, 2000, p. 301) para a educação e para a nação brasileira, conforme compreendidos em diferentes momentos históricos.

Na longa duração histórica, observa-se, portanto:

[...] um duplo movimento: de constituição de um modelo específico de escolarização das práticas culturais da leitura e escrita [...]; e de constituição da alfabetização como objeto de estudo e investigação, tendente, nas últimas décadas [do século XX], a se constituir como campo de conhecimento particular, cuja crescente sistematização passa a demandar abordagem interdisciplinar. (MAGNANI, 1997/MORTATTI, 2000, p. 24)

Assim, especialmente a partir da década de 1980, como decorrência do contexto de redemocratização do país e das reiteradas denúncias do fracasso da escola em alfabetizar, verifica-se o aumento da produção acadêmica sobre a alfabetização e sua inserção em diferentes áreas de conhecimento, indicando o

¹⁸ Trata-se de termos utilizados para classificar, em relação ao conteúdo, finalidade e forma de veiculação, as fontes documentais da pesquisa cujos resultados são apresentados na tese de livre-docência de Magnani (1997) e no livro correspondente: “[...]a) tematizações – contidas especialmente em artigos, conferências, relatos de experiência, memórias, livros teóricos e de divulgação, teses acadêmicas, prefácios e instruções de cartilhas e livros de leitura; b) normatizações – contidas em legislação de ensino (leis, decretos, regulamentos, portarias, programas e similares); e c) concretizações – contidas em cartilhas e livros de leitura, “guias do professor”, memórias, relatos de experiências e material produzido por professores e alunos no decorrer das atividades didático-pedagógicas” (MORTATTI, 2000, p. 29).

crescente interesse pelo estudo do tema e reiterando o caráter multifacetado da alfabetização, característica apontada por Soares (1985) e reiterada em Soares e Maciel (2000, p. 7):

[p]ode-se afirmar que o fracasso da escola brasileira em alfabetizar, embora seja um fenômeno reconhecido e denunciado já há várias décadas, só nos últimos vinte anos transformou-se em preocupação prioritária na área educacional do país. É que esse reiterado fracasso em alfabetização, significativamente contemporâneo do processo de conquista, pelas camadas populares, do direito à escolarização, vem se evidenciando de maneira imperativa nas últimas décadas, justamente porque nelas é que se tem acelerado a democratização do acesso à escola. Ora, essa acelerada democratização do acesso à escola não se tem feito acompanhar da necessária transformação que a torne competente para servir àqueles que vêm conquistando seu direito a ela; por isso, o fracasso escolar, particularmente na alfabetização (é na primeira série, cujo objetivo principal é a aquisição da leitura e da escrita, que são, como se sabe, mais altas as taxas de repetência e evasão), tornou-se tão evidente e ameaçador para as legítimas aspirações de uma democratização do saber e da cultura, que acompanhe a democratização do acesso à escola, que não há como não reconhecer, hoje, na alfabetização, o problema básico do sistema educacional brasileiro.

Esse reconhecimento tem se manifestado não só em iniciativas tomadas pelo sistema operacional de ensino (seminários e encontros sobre alfabetização, capacitação de professores alfabetizadores, desenvolvimento de projetos e programas nos níveis estadual e municipal, etc.), mas também em uma multiplicação, na área acadêmica e científicas, de estudos e pesquisas sobre alfabetização: a cada ano são mais numerosas as publicações (artigos de periódicos, livros) e as investigações (teses e dissertações, pesquisas financiadas por agências diversas) sobre o tema.

Essa multiplicação tem, ao lado do aspecto quantitativo (crescimento numérico da produção de estudos e pesquisas sobre alfabetização), um importante aspecto qualitativo: a diversidade de enfoques com que se tem ampliado a análise do processo de aquisição da língua escrita.

E, especialmente após a década de 1990, denúncias dos problemas da educação e da alfabetização assim como a produção acadêmica sobre o tema foram também impulsionadas pelas demandas geradas pelo crescente alinhamento do país à reorganização da ordem mundial no contexto político e econômico pós-Guerra Fria, acompanhada da expansão do processo de globalização e das políticas neoliberais. E, nesse novo contexto político e econômico internacional (de que somos contemporâneos), a alfabetização ganha destaque

como um dos fatores prioritários na definição de compromissos e metas globais, estabelecidos por organismos multilaterais (MORTATTI, 2013).

Como emblemáticos desse movimento, destacam-se os compromissos e metas referentes à alfabetização, resultantes das seguintes iniciativas globais, implementadas a partir da década de 1990: declaração do “Ano Internacional da Alfabetização” (1990); Declaração de Jomtien (1990); Declaração de Dakar – Educação Para Todos (2000); Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (2000); Alfabetização para o Empoderamento (LIFE) (2005); e Década das Nações Unidas para a Alfabetização (2003-2012). E, em âmbito nacional, alinhada a essas diretrizes, a mais recente e emblemática iniciativa governamental é o PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa [lançado em 08/11/2012]. (MORTATTI, OLIVEIRA, PASQUIM, 2014, p. 12)

Em correspondência direta com essas iniciativas, vêm sendo implementados e aplicados testes padronizados de avaliação em larga escala, de estudantes e sistemas de ensino (PISA, Prova Brasil, SAEB, Provinha Brasil, ANA...). E, como resultado de amplas e polêmicas discussões, em junho de 2014 foi finalmente aprovado o Plano Nacional de Educação, com vigência por 10 anos e cuja primeira diretriz é a “erradicação do analfabetismo”...

As marcas da complexidade desse contexto se encontram, ainda, nos processos de formação e atuação profissional do grupo de professores/pesquisadores responsáveis pela criação e consolidação da ABAIf. Além das já apontadas semelhanças, podem-se destacar as relativas a espaços de discussão partilhados pela maioria deles, como, por exemplo, o GT 10 – Alfabetização, leitura e escrita, da ANPEd, o CEALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (UFMG) e projetos vinculados ao PNAIC, além de outros programas governamentais/políticas públicas.

Esses espaços de formação/atuação, por sua vez, trazem as marcas da “presença inspiradora”/“trajetória inspiradora”¹⁹ de Magda Soares, Professora Emérita da UFMG. Ela foi uma das fundadoras, em 1986, do GT 10 da ANPEd, junto ao qual atuou ativamente; em 1990, “Ano Internacional da Alfabetização” (UNESCO), criou o CEALE, “[...] do qual foi diretora até 1995 e onde continua atuando como colaboradora em diferentes projetos, 25 anos depois da fundação” (CEALE, 2015); e orientou diretamente trabalhos acadêmicos de cinco membros

¹⁹ Essas expressões foram extraídas de textos de homenagem a Magda Soares, por ocasião do prêmio que lhe foi concedido pelo CNPq/MCTI. Estão disponíveis em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/homenagem-a-magda-soares.html> e <http://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/trajetoria-inspiradora.html> Acesso em: 10 jun. 2015.

da primeira diretoria da ABAIf. Neste ano (2015), Magda Soares recebeu o prêmio Almirante Álvaro Alberto, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI) – pela primeira vez, concedido a uma pesquisadora da área da educação – em reconhecimento pela destacada realização de sua obra como educadora, “[...] de grande valor para o progresso da sua área do conhecimento”.

Apesar das semelhanças apontadas, não há, entre os integrantes desse grupo, homogeneidade de processos de formação e atuação profissional nem de pontos de vista políticos e de fundamentação teórico-metodológica para a compreensão da alfabetização e correspondentes práticas pedagógicas. No entanto, mesmo não partilhando diretamente esses momentos e espaços de formação e atuação profissional, são herdeiros indiretos das iniciativas pioneiras de Magda Soares todos os que se dedicam aos estudos e pesquisas sobre alfabetização e ao magistério, como alfabetizadores²⁰.

E, embora eu não pense nem atue profissionalmente da mesma forma e com mesmos pontos de vista teóricos defendidos por Magda Soares – como tive oportunidade de dizer a ela em algumas das poucas vezes em que nos encontramos pessoalmente –, essas diferenças não representam obstáculo ao diálogo e nos aproximam. Sua obra, por exemplo, representou e representa importante referência para minhas pesquisas, tendo contribuído para minha formação como professora e pesquisadora, que passei a pesquisar a alfabetização, embora não tenha atuado como alfabetizadora. Como exemplo, menciono particularmente *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento* (1989), onde, dentre tantas importantes conclusões e recomendações, encontra-se a proposição da necessidade de estudos com abordagem histórica da alfabetização no Brasil. Essa foi uma das principais justificativas para o desenvolvimento da pesquisa que resultou na minha tese de livre-docência, defendida em 1997 e cuja banca contou com a honrosa participação de Magda Soares. Mas, como explico especialmente em Mortatti (2007), não concordo com o ponto de vista do construtivismo nem do letramento, os quais ela defende²¹. É, porém, o respeito pelas diferenças que nos instiga ao diálogo e me faz considerá-la a grande dama da educação brasileira assim como motivou as homenagens que propus lhe fossem concedidas e as quais ela aceitou.

²⁰ Refiro-me mais especificamente ao legado da educadora contido em sua obra escrita, em especial um artigo e três livros, que se tornaram “clássicos” para a discussão sobre alfabetização e para a formulação de propostas pedagógicas e políticas públicas. Trata-se de: “As muitas facetas da alfabetização”, publicado em 1985, em *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas (SP), em número especial dedicado à alfabetização; *Linguagem e escola: uma perspectiva social*, com 1ª edição em 1986, pela Editora Ática (SP); *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*, publicado em 1989, pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep); e *Letramento: um tema em três gêneros*, publicado em 1998, pela Editora Autêntica (MG). Síntese da produção escrita e da atuação de Magda Soares se encontra em Mortatti; Oliveira, 2010.

²¹ Devido aos objetivos e limites deste texto, expandirei a discussão sobre o assunto em texto posterior.

Os aspectos que aponteí podem representar uma possível explicação dos motivos de esse grupo ter acolhido o convite para pensarmos uma associação de alfabetização. Como Magda Soares me disse certa vez, essa era uma ideia que já vinha sendo colocada indiretamente há algum tempo e pode ser percebida em iniciativas como a criação do GT 10-ANPEd e de grupos/núcleos de pesquisa que tratam da alfabetização de diferentes pontos de vista e com diversas abordagens.

Talvez o clima mais imediato de discussão e mobilização gerado pela “Década da alfabetização” no Brasil (2003-2012), além de inspirar políticas públicas e iniciativas de organizações não governamentais, tenha propiciado o acolhimento da proposta de criação de uma associação de alfabetização. Ou, talvez, no final da década de 2010, as discussões e experiência acumuladas desde as décadas anteriores tenham indicado configuração favorável para a adequada conjunção de necessidade e possibilidade de uma associação brasileira de alfabetização.

Como indícios que anunciavam essa conjunção, podem-se hoje demarcar iniciativas como as do “Ano da alfabetização”, em 1985, coincidindo com o fim da ditadura militar, do “Ano internacional da alfabetização”, em 1990, coincidindo com o início de alinhamento do Brasil a políticas neoliberais internacionais, e a “Década das Nações Unidas para a Alfabetização”, de 2003 a 2012, coincidindo com período político no Brasil, quando, pelo voto popular, ascendeu ao poder um novo partido em que se depositaram esperanças de renovação do país.

Recuando para o passado mais distante do país, pode-se, ainda, estabelecer outra sucessão de fatos indiciários dessa conjunção favorável à criação da ABAlf: há aproximados 130 anos, iniciava-se o processo regular e sistemático de escolarização das práticas de leitura e escrita, e o ensino inicial de leitura e escrita começava a ser tomado como objeto de reflexão (MAGNANI, 1997/ MORTATTI, 2000); há aproximados 100 anos, passou a ser utilizado o termo “alfabetização” para designar esse processo escolarizado (MORTATTI, 2004).

A esses, podem-se juntar outros fatos indiciários detectáveis no passado recente: há aproximados 50 anos se iniciou a produção acadêmica sistemática e regular sobre o tema; há aproximados 40 anos se iniciou a implementação de programas governamentais/políticas públicas voltadas para a alfabetização; há aproximadas duas décadas, intensifica-se a tendência à alfabetização se constituir como objeto de estudo e correspondente campo de conhecimento relativamente autônomo e, ao mesmo tempo, interdisciplinar, demandando ampliação e diversificação de perspectivas e enfoques; há aproximados cinco anos, no I SIHELE, discutiu-se a pertinência de um “conceito brasileiro de alfabetização”, que, diferentemente do sentido atribuído a esse termo em países norte-americanos e europeus, “[...] consolidou-se no Brasil [...] para designar/ explicar fenômeno de natureza predominantemente pedagógica/didática constituído historicamente em relação direta com processos de escolarização e urgências políticas e sociais de nosso país” (MORTATTI, 2011, p. 8-9)

E, há aproximados seis anos, lancei a proposta de criação da ABAlf; há aproximados três anos, o clima de conjunção favorável propiciou, ainda, convergência de interesses pessoais e profissionais de professores/pesquisadores responsáveis pela criação da Associação; há dois anos, realizamos o primeiro congresso brasileiro destinado à discussão específica da alfabetização, entre pesquisadores, professores da educação básica, representantes de órgãos públicos, com o objetivo geral de

[...] contribuir para avaliação dos problemas atuais e perspectivas de avanços teórico-conceituais e empíricos, referentes às pesquisas, práticas educacionais e políticas públicas, por meio da reunião, compreensão e problematização dos diferentes sentidos que se podem detectar e atribuir ao que sabemos, ao que fazemos e ao que queremos, no Brasil, em relação à alfabetização, entendida como processo de ensino-aprendizagem inicial da leitura e da escrita na Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos. (ABAlf, 2015)

Há um ano, elegemos a segunda diretoria colegiada da ABAlf e, neste ano de 2015, realizamos o II CONBAIf e lançamos a revista da ABAlf, dedicada especificamente à alfabetização, cujo título (assim como a denominação e estatuto da Associação) dialoga com os de revistas de associações brasileiras congêneres da área da educação. Não é a primeira revista editada no país a tematizar especificamente a alfabetização²², mas é a primeira (com essa temática) vinculada a uma associação de alfabetização. E, assim como a Associação que a edita, visa a se constituir como espaço de referência, reunindo reflexões e discussões sobre alfabetização, que vêm sendo abrigadas em eventos e publicações deles resultantes assim como em dossiês temáticos ou números especiais²³ de revistas científicas da área de educação e de áreas correlatas.

Como se pode constatar, à medida que indícios apontavam a possibilidade dessa Associação, sua necessidade se foi destacando e se ampliando. E, à medida que a alfabetização foi deixando de constituir um capítulo ou um apêndice de outras áreas, especialmente a de Educação e as de Letras e de Linguística e foi ganhando visibilidade como prática didático-pedagógica e como objeto de estudo, com constituição de correspondente campo de

²² Trata-se da revista *Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa*, criada em 2007 e cuja edição envolve diferentes unidades da Universidade de São Paulo (USP), diversas universidades e instituições nacionais e internacionais. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/reaa/about/editorialPolicies#focusAndScope> Acesso em: 10 jun. 2015.

²³ Como exemplo, tem-se o número especial de *Cadernos de Pesquisa*(FCC), em que foi publicado o artigo de Soares(1985).

conhecimento, sua discussão passou a demandar espaços específicos para se abordarem devidamente suas especificidades e complexidades, além dos existentes no âmbito de espaços de discussão da educação e outras áreas de pesquisa e ensino.

Ao mesmo tempo, o chamamento para se congregarem pesquisadores e se reunirem esforços representa um contradiscurso em relação à dispersão do conhecimento nesse campo (de conhecimento e de disputas) e ao modo cada vez mais contraditoriamente parcelado, especializado e individualizado do trabalho de pesquisadores e professores (de todas as áreas de pesquisa e níveis de ensino), decorrentes dos princípios “mercadológicos” em que, nas últimas décadas, baseiam-se as regras impostas pelo “produtivismo” acadêmico e educacional.

Nesse sentido, o processo hoje visível de autonomização da alfabetização como objeto de estudo e campo de conhecimento não é, por si mesmo, bom ou ruim, desejável ou indesejável, nem motivo de comemoração de conquista de território em disputa, nem motivo de lamentação de interlocuções perdidas. Representa, sobretudo, um dos desafios políticos, sociais e educacionais do século XXI, para a consecução dos avanços necessários na alfabetização de crianças, jovens e adultos, visando a garantir o direito de todos os brasileiros ao acesso ao mundo público e ao correspondente usufruto dessas possibilidades de formação humana.

E, por extensão, também à ABAlf se impõe o desafio, não de construir mais uma associação acadêmica, mas o de mobilizar esforços conjuntos – sem prejuízo da pluralidade de pontos de vista, mas sem dispersão e com coerência ética e independência política –, para a realização de seus objetivos estatutário²⁴ e cumprimento dos compromissos que assumimos com a sociedade brasileira.

E para que, afinal, este texto?

Vislumbrada (como inconsciente memória do futuro) desde há mais de um século, gestada nas últimas décadas e calculável (até este momento) em anos, a história da ABAlf vem confirmar que leva muito tempo para que uma necessidade seja assumida como tal e se torne possível como “potência” e se concretize como “ato”. É o que se verifica, por exemplo, no movimento científico que se desenvolveu durante pelo menos a segunda metade do século XX com o lento e coletivo processo que levou à descoberta do Bóson de Higgs e hoje possibilita aos cientistas testarem a hipótese de “multiversos”, em substituição à do “inatural” universo.

²⁴ Os objetivos da Associação estão definidos no Estatuto, disponível em: <http://abalf.org.br/estatuto/>

Ou como nos alerta o poeta João Cabral de Melo Neto:

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.
E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.
(MELO NETO, 1975, p. 17-18)

Apesar da relevância que atribuímos a ambas, é provável, no entanto, que nem a alfabetização, nem a ABAIf, cheguem a ser consideradas, neste século, com a importância que se atribui aos desafios enfrentados pelos matemáticos a quem dediquei o artigo onde formulei a proposta de uma associação brasileira de alfabetização. Talvez, porém, as conjecturas relativas aos mais antigos (e bem mais “nobres”?) problemas que eles acolheram e resolveram possam ao menos inspirar nossa coragem e ousadia, não para buscar respostas – que têm sido tão abundantes quanto ineficazes – para demandas imediatistas ou oportunistas, mas para formular perguntas consistentes e fecundas, com base em conjecturas sobre os complexos e persistentes problemas seculares, da alfabetização no Brasil. Essa possibilidade demanda pensar a produção de conhecimento e a prática pedagógica como lugares de desconforto e tensão, pois

[r]espostas adequadas dependem de perguntas fecundas, não retóricas, nem demagógicas. Perguntas que nos façam pensar em outras possibilidades de pontos de vista e em outras lógicas que até então possam ter-nos parecido incompreensíveis. Perguntas que movam pesquisas acadêmicas, práticas pedagógicas e políticas públicas. Perguntas onde caibam a diferença e um “novo início”. (MORTATTI, 2014, p. 154)

E, para isso, é necessário enfatizar a convergência de esforços e interesses, que contribua para a busca da compreensão ativa de que, também em relação à alfabetização,

[e]ste é o momento adequado de tentar “fazer o balanço” [...] e buscar entender como podemos ir mais além. [...] (Para manter firmes as coisas que se quer manter firmes, quando todo o resto se move, a única saída é saber achar o modo certo de movê-las.) (CALVINO, 2015, p. 141)

Uma pequena contribuição para esse balanço podem representar as informações e reflexões que apresentei neste texto, como registro da (minha) memória da Associação e mais uma fonte para a escrita de sua história. Mas, certamente, a ABAlf terá vida longa, o que propiciará a muitas novas gerações de professores e pesquisadores condições de melhor avaliar o legado de nosso trabalho e o sentido que atribuo à nossa Associação, como um importante capítulo (não epílogo/culminância) deste quarto momento da história da alfabetização no Brasil, que nos coube protagonizar e escrever.

Referências

- ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO. Disponível em: <http://abalf.org.br>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO. *Relatório de gestão 2012-2014*. 2014. Disponível em: http://abalf.org.br/wp-content/uploads/2015/02/2012_2014_Relatorio_de_gestao_ABAlf.pdf Acesso em: 10 jun. 2015.
- CEALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. *Trajetória inspiradora*, 2015. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/trajetoria-inspiradora.html>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- CALVINO, Ítalo. *Mundo escrito e mundo não escrito* – artigos, conferências e entrevistas. Tradução de Maurício S. Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MELO NETO, João Cabral de. Tecendo a manhã. In: _____. *Antologia poética*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 17-18.
- MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. *Os sentidos da alfabetização: a questão dos métodos e a constituição de um objeto de estudo* (São Paulo – 1876/1994). Tese (Livre-docência em Metodologia da Alfabetização). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1997.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo 1876/1994*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília-DF: MEC/Inep/Comped, 2000.
- _____. *Educação e letramento*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- _____. Letrar é preciso, alfabetizar não basta... mais?. In: SCHOLZE, Lia; RÖSING, Tânia M. K. (orgs.). *Teorias e práticas do letramento*. Brasília/DF: MEC/INESP, 2007.
- _____. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, p. 329-341, 2010a.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *I SIHELE - Relatório científico encaminhado à FAPESP*. Marília, 2010b.(digitado)

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Um balanço crítico da 'Década da Alfabetização' no Brasil. *Cadernos CEDES*. v. 33, p. 15-34, 2013.

_____. Produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avaliação da qualidade e impacto científico e social. In: MORTATTI, M.R.L.; FRADE, I. C.A.S. (orgs.). *Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?*. São Paulo: Editora UNESP; Marília: Oficina Universitária, 2014, p. 131-158.

_____.(Org.).*Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

MORTATTI, M. R. L.; OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de. Magda Soares na história da Alfabetização no Brasil.. In: *VI Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2011, Vitória: UFES, 2011. p. 1-12.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo; OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de; PASQUIM, Franciele Ruiz. 50 anos de produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avanços, contradições e desafios. *Interfaces da Educação*, v. 5, p. 6-31, 2014.

SOARES, Magda. *Alfabetização o Brasil: o estado do conhecimento*. Brasília: INEP, REDUC, 1989.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. As muitas facetas da alfabetização. *Cadernos de Pesquisa*. n. 52, p. 19-24, 1985.

SOARES, Magda; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. *Alfabetização*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.